



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PRÁTICA DE PESQUISA**

**“MORTA A RATA, LOGO INFALIVELMENTE MORRERÃO OS  
RATINHOS”: LOBÃO E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

**TAMIRES FERREIRA SANTOS**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE**  
**MAIO / 2016**

TAMIREZ FERREIRA SANTOS

**“MORTA A RATA MORRERÃO OS RATINHOS”: LOBÃO E A INDEPENDÊNCIA  
DO BRASIL**

PROFESSOR ORIENTADOR: PROF. Dr. ANTÔNIO LINVALDO SOUSA

Artigo apresentado como  
requisito parcial obrigatório  
para conclusão do Curso de  
História – Licenciatura  
Plena, ao Departamento de  
História da Universidade  
Federal de Sergipe.

SÃO CRISTÓVÃO/ SE

MAIO / 2016

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar as relações entre o clero do século XVIII e a Independência do Brasil, a partir da trajetória do vigário da Vila de Itabaiana, Alexandre Pinto Lobão, no âmbito de uma monarquia absolutista portuguesa que estava entrando em declínio junto com a hierarquia interna da Instituição Eclesiástica que entrou em conflito por defender suas concepções políticas, saindo de suas restrições espirituais impostas pela vocação sacerdotal.

**Palavras-chave:** Clero. Independência do Brasil. Portugueses. Sergipe.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the relationships between the clergy of the eighteenth century and the Independence of Brazil from the trajectory of vicar of the Itabaiana village, Alexandre Pinto Lobão, under a Portuguese absolutist monarchy that was going into decline along with the internal hierarchy of the ecclesiastical institution that came into conflict for defending their political views, leaving their spiritual restrictions imposed by the priestly vocation.

**Key-Words:** Clergy. Independence of Brazil. Portuguese. Sergipe.

## SUMÁRIO

1. <b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
2. <b>DESENVOLVIMENTO</b> .....	9
2.1. A historiografia sergipana e o enfoque sobre o clero.....	9
2.2. A reforma pombalina e o clero brasileiro.....	12
2.3. Sujeito histórico.....	19
2.4. Lobão e sua posição política.....	23
3. <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	28
4. <b>FONTES</b> .....	29
5. <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	30
6. <b>ANEXOS</b> .....	32

## 1. INTRODUÇÃO

No presente artigo pretendemos analisar como o padre Alexandre Pinto Lobão, vigário da freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, na província de Sergipe d'El Rei, foi acusado de ser contrário à independência do Brasil. Um indício dessa postura contra a separação do Brasil de Portugal se encontra num documento de 1823. Também, durante os embates do processo de emancipação política de Sergipe que ocorreu simultaneamente aos acontecimentos referentes à independência do Brasil em relação a Portugal, o mesmo assinalou posicionamento não favorável a separação de Sergipe da Bahia, divergindo completamente do posicionamento de muitos representantes da elite sergipana favoráveis a esse pleito. Segundo o personagem Alexandre Pinto Lobão Sergipe, deveria continuar dependente administrativamente da Bahia assim como a Colônia (Brasil) da Metrópole.

Mas antes de adentrar na compreensão dessa causa do posicionamento do vigário Lobão, é preciso entender parte do pertencimento desse sacerdote por meio de sua opção vocacional. Inicialmente é relevante percorrer os caminhos de sua formação sacerdotal. Essa busca tratará de responder aos seguintes questionamentos como: o lugar que ele estudou? (entendendo o termo “lugar” não somente como espaço somente geográfico. Mas sim, institucional, apreendendo as ideais mais centrais do seminário onde ele estudou. O que se ensinava? Qual tipo de padres estava se ordenando? Tipo ideal de padre? Quem foram seus mestres? Quais seus colegas (pelo menos alguns) e, também, como se comportava o clero quando ele se ordenou?

O personagem Alexandre Pinto Lobão foi o último sacerdote lusitano residente de Itabaiana, que se envolveu em diversos conflitos com a população local, se posicionando de um lado dos grupos econômicos, ficando isto explícito no documento "Disputa entre os lavradores e criadores", de 1826. Lobão como nos referimos acima, manteve sua opinião contra a independência do Brasil chegando a escrever uma carta para o imperador D. Pedro I. Esse sacerdote não apenas se limitou a função de pároco, mas também de um sujeito mergulhado no seu pertencimento social e cultural, chegando a ser opositor da causa nacional. Com essa posição podemos compreender como uma opção de pertencimento a facção conservadora entre os portugueses durante o processo de Independência do Brasil.

Identificar essa posição política de Lobão, ou seja, ele como conservador é nossa primeira opção metodológica. Em seguida, iremos questionar até que ponto essa posição política partidária é o único caminho para compreender suas tomadas de posições políticas.

Quando foi proposto elaborar essa pesquisa, primeiramente foram analisadas documentações manuscritas do século XIX, armazenadas no Arquivo Nacional. Esses registros são uma fonte potencial para a interpretação da vida do personagem histórico Lobão e da sociedade que o envolvia. Lidar com essas fontes primárias possibilita compreender os sujeitos da história, seu lugar, suas formações sociais em razão do seu tempo.

Ao fazer as leituras das documentações, foi notória a presença de outro personagem citado por outros autores chamado Figueiredo, um sacerdote do mesmo período, ajudando no enriquecimento da pesquisa, possibilitando uma investigação mais abrangente. De certo que, para a compreensão do material explorado, devem-se enxergar de forma ampla os conteúdos e os acontecimentos que estes apontam. Por isso foi necessário inserir outras leituras que envolviam o objeto pesquisado, nunca apreender um acontecimento isolado e investigar a sociedade inteiramente no período proposto.

Em primeiro lugar, o trabalho tem como base uma metodologia que faz análise do sujeito, a biografia, ajuda a entender às trajetórias individuais, sejam elas de homens comuns ou ilustres. É observável não apenas um único indivíduo, mas a relação que ele mantém com os outros indivíduos. Cada sujeito vive uma experiência única, não devendo ser generalizada, como os outros historiadores da linha positivista trabalhavam até o século XIX.

Um exemplo de estudo do sujeito foi o posicionamento metodológico proposto por Wilhelm Dilthey (1831-1911), que lança preceitos para entender o que motiva as ações humanas se apoiando inicialmente em um espaço vivencial total, que afirma a dimensão particular das vivências garantindo a percepção de um mundo histórico constituído. Na obra “A construção do mundo histórico nas ciências humanas”, o filósofo explana que o homem deve se preocupar com o seu lugar na própria organização da vida, pois ela esboça uma noção de acontecimentos históricos específicos. Por isso no mundo histórico tratado por Dilthey o homem se torna objeto de problematização e as vivências humanas são os centros de ligação de uma determinada época e das concepções de mundo que pertencem ao indivíduo.

Do mesmo modo compreende-se que as existências humanas são expressas e organizadas por uma complexa rede histórica que é construída a partir de princípios entre as relações materiais e psíquicas. O entendimento do mundo histórico do agir e do fazer humano conduz persistentemente para um único caminho: a vida. Ou seja, através do laço vital é possível perceber o mundo no qual o indivíduo está inserido.

Ao percorrer os caminhos de um determinado sujeito, ele não está isolado, mas participa de um conjunto social que envolve os valores assimilados no processo de sua formação seja no âmbito familiar ou profissional, a instituição, a comunidade e os grupos que faz parte. O filósofo alemão não se limita apenas ao estudo do ser humano e suas ações, mas também ele discute sobre as direções das forças sociais existentes em situações mais específicas traçadas pela etnologia, sistemas culturais assim como as organizações externas da sociedade.

Ressaltando ainda que a temporalidade percorrida na vida do personagem histórico faz reviver suas memórias, não podendo fazer julgamentos com o olhar do presente, mas tentar compreender que o indivíduo é repleto de ações, vivências e desejos numa realidade diferente dos outros.

Dentro dessa linha, foi possível desenvolver uma análise crítica sobre o perfil do sacerdote Alexandre Pinto Lobão, não se restringindo apenas a conceitos criados superficialmente com base nas leituras documentais, mas a um estudo onde o ser é determinado pelo meio em que vive e nele produz suas reações.

Em segundo lugar, as leituras foram embasadas através de autores que trabalham diretamente com o clero, desde a época em que o Brasil foi colonizado até o século XIX. Como por exemplo, o livro “História da Igreja no Brasil”, de Eduardo Hoonaert, que trata no quinto capítulo sobre as características do clero no período colonial como também as dificuldades para a formação destes por diversos fatores.

Já na obra “Bahia no século XIX” de Kátia Mattoso aborda a formação e compreensão do clero no Brasil. Ela descreve como era o comportamento diante do Estado e da Igreja. Também Mattoso deu ênfase à reforma que a Igreja passou no Brasil, ajudando a verificar suas conseqüências tanto na vida dos sacerdotes quanto no cotidiano das pessoas. Ela cria um painel geral a respeito da Bahia no século apontado acima, por ser um centro econômico e de

importância política, ainda podemos observar o perfil na relação do clero com a vida econômica e política das áreas mais a norte do Império do Brasil.

Outra obra de bastante relevância que ajuda em nossos estudos é a tese de doutorado “A Independência do solo que habitamos”: Poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro. Sergipe (1750-1831), de Edna Maria Matos Antonio. Explorando o processo de autonomia da capitania de Sergipe e as questões políticas ligadas a essa parte da história, trazendo consigo todos os agentes que participaram da independência do Brasil.

Também no livro “*Clero e Independência*”, de Dom Duarte Leopoldo e Silva, compreender-se a participação dos padres no processo de Independência do Brasil e apreender a visão desse religioso sobre esse período histórico do clero brasileiro. Estes sacerdotes envolvidos com a independência do Brasil, favoráveis a mesma faziam parte do grupo liberal e moderado, sendo possível perceber que não se restringiram somente a Igreja Católica e ao, mas preocupavam-se com o futuro da nação, perceberam que a relação entre metrópole e colônia estava defasada, contribuindo para o processo de independência.

Por outro lado, no livro *Os Segadores e a Messe*, de Candido da Costa e Silva, observam-se a influência do sagrado sobre a sociedade baiana. Como o arcebispado baiano atuava sobre os párocos de Sergipe, pois além do Vigário Geral da Bahia resolver todos os problemas do território baiano, monitorava ao mesmo tempo a capitania de Sergipe d’El Rei. Inclusive essa obra fala da relação da interiorização institucional e mais complexa da igreja, exigindo assim maior representatividade do clero.

Acrescentando-se que no livro “A liderança do clero nas Revoluções Republicanas 1817-1824, de Gilberto Vilar de Carvalho faz uma investigação sobre os representantes da Igreja foram guiados pela Independência do Brasil, refazendo a memória dos “mártires” do passado, dando ênfase ao Frei Caneca e mais quarenta padres de 1824, mostrando suas formações intelectuais e teológicas juntando-se as idéias de determinado grupo político da época.

Com o propósito de analisar o perfil do clero brasileiro discute-se inicialmente a respeito da Reforma Pombalina e suas consequências para o clero brasileiro, realizada em 1776 em Portugal, e como ela afetou na formação dos sacerdotes portugueses e brasileiros. Deixando os princípios tradicionalistas de lado e disseminando novos valores.



Em seguida organiza-se um balanço de como eram as diretrizes da Igreja antes dessa Reforma Pombalina e Pós-Reforma, afetando na qualidade e na verdadeira direção vocacional daqueles que optaram por seguir uma vida religiosa.

Logo após, discute-se a transição de uma monarquia guiada pela Igreja passando a ser orientada pelo Estado. Porém não permitindo que o clero perca seus privilégios e ainda lhe atribuindo funções temporárias a serviço do Estado. Segundo Eduardo Prado, a batina se tornaria o refúgio da inteligência e da cultura, isto porque usaria essa base como seleção para os novos clérigos inseridos. Ele foi assim, durante nossa fase colonial, a carreira intelectual por excelência, e responsáveis por ocuparem os vazios políticos deixados pelo Estado.

E por último é analisada a posição política partidária de Lobão e o grupo de portugueses contrários a Independência do Brasil e de Sergipe no qual o vigário Alexandre no qual Lobão mantinha o mesmo pensamento de que a colônia deveria continuar subordinada a Portugal e Sergipe d'El Rei a Bahia, provocando uma série de conflitos políticos envolvendo diversas camadas sociais pertencentes à Metrópole e os grupos nativistas em um período de plena construção da identidade nacional.

Antes, será traçado um breve panorama de como a historiografia sergipana aborda sobre a Instituição Eclesiástica e seus membros paroquiais.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **2. 1. A HISTORIOGRAFIA SERGIPANA E O ENFOQUE SOBRE O CLERO.**

A historiografia vem buscando diversos caminhos ao longo do tempo, suas interpretações variam auxiliando para novas perspectivas, análises e construções para o conhecimento histórico. Dependendo do lugar em que a história esteja sendo escrita o rumo dado a ela pelos historiadores segue inúmeros questionamentos, por isso é possível observarmos que em Sergipe não será diferente, pois todas as investigações partem de campos gerais como a Historiografia Brasileira ou de escritos da História do Brasil.

Verifica-se como ocorreu o processo de estudos a respeito do clero sergipano a partir de uma compreensão generalizada das tendências historiográficas vigentes em determinadas

épocas. A primeira delas estava centrada no estudo das relações de poder entre a Igreja e o Estado, diversos historiadores puderam notar uma relação problemática entre essas duas instituições, onde em alguns momentos os interesses mantinham-se comuns, em outras ocasiões foram diferentes mas sempre ressaltando o envolvimento desta Instituição Eclesiástica com a política brasileira.

Em um segundo momento os estudiosos sobre a Igreja foram além da política e dos privilégios sacerdotais, estendendo suas pesquisas para um sentido mais profundo sobre a vida religiosa, retratando uma dimensão mais ampla que leva a identificar as contribuições educacionais, sociais e culturais que esta trouxe.

Já no decorrer das renovações em produções historiográficas surgem pesquisas direcionadas a vida de um ou mais personagens da história eclesiástica, trazendo para um universo único e singular de um indivíduo em face de história política, tradicional e econômica situado em um determinado período.

O historiador sergipano Antônio Lindvaldo Sousa em sua obra “O Eclipse de um Farol: Contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)” vai muito além da História Eclesiástica em Sergipe, mostrando não apenas um personagem em seu aspecto biográfico, mas relata a formação que o sacerdote adquiriu e como isso contribuiu ou afetou nas relações sociais.

Um exemplo disso, seria quando Sousa descreve que em suas pesquisas os párocos tinham diversas reclamações contra os poucos conhecimentos religiosos que os fiéis possuíam e esses sacerdotes afirmavam que para resolver este obstáculo, deveria ser dada uma melhor instrução para o clero, pois o ensino no seminário ainda deixava a desejar.

Também este historiador discorre sobre a importância que essa Instituição recebe na República Velha, ou seja, quando o Estado percebe que não necessita que a Igreja interfira nos assuntos estatais, de modo que a laicidade pública torna o governo esclarecido criando diversos grupos sociais e políticos nas sociedades ocidentais.

Entretanto, percebe-se que nos últimos anos o número de estudos históricos voltados para o tema História das Religiões e Religiosidade está crescendo de forma relevante. Um exemplo desses estudos é a tese de doutorado “Festa de São Benedito em Lagarto–SE (1771-1928): Limites e Contradições da Romanização” do historiador sergipano Claudefranklin Monteiro

que discute sobre a Festa de São Benedito na Vila de Nossa Senhora da Piedade, atual Lagarto mostrando a importância social e cultural que este Santo popular trouxe para as massas populares.

Desde o século XVIII, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário conduzia esta comemoração, causando o compartilhamento dos momentos de fé entre diversas etnias sejam elas brancas, pardas ou negras. Monteiro trata a respeito da romanização em Sergipe, pois devido à recatolização no Brasil começaram a surgir novas inclinações, novos caminhos que o próprio alinhamento histórico direcionava verificado junto com as pressões entre duas categorias distintas: o clero e os fiéis.

Por outro lado autor Péricles Andrade elaborou pesquisas importantes a respeito da Igreja Católica em sua obra “Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe” demonstrando como essa Instituição tentou extinguir os elementos populares e substituir por um catolicismo mais romanizado. Os sacerdotes queriam afastar os leigos do direcionamento religioso, retomando para si os dogmas que levariam os fiéis a salvação, reforçando assim sua autoridade religiosa e surgindo nesses emaranhamentos a Diocese de Aracaju.

Outra autora onde a notoriedade não nos passa por despercebida é a historiadora Edna Maria que publicou a seguinte tese de doutorado "A Independência do Solo que Habitamos": Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831). Seu enfoque é acerca do processo de independência sergipano, ocorrendo um conjunto de debates políticos e lutas que nos ajuda a compreender o posicionamento, as discussões e as questões dos diversos envolvidos incluindo sacerdotes que faziam parte da administração de Sergipe d'El Rei, da Bahia e que integraram as elites regionais.

Esses autores têm a opinião de que a questão religiosa e suas instituições têm ocupado lugar de enorme destaque em meios as discussões de sua inter- relação com as raízes socioculturais, onde não apenas envolve um único indivíduo, mas todo o grupo que está inserido, sendo quase indispensável realizarmos estudos sobre as vertentes culturais, políticas e sociais sem adentrarmos nas questões do catolicismo, uma das religiões mais antigas do Brasil.

Muitos trabalhos estão sendo elaborados tendo como objeto de estudo o clero, mas assunto em Sergipe permanece ainda pouco trabalhado, pois há várias fontes a serem exploradas, desde o arquivo público até o arquivo do Vaticano sobre diversas figuras sacerdotais que

contribuíram de forma significativa com a formação política e social. Pois ao questionar os preceitos que levaram o grupo eclesiástico a ter poder numa sociedade revemos os conceitos de fundo que produzem sentido na atual realidade observada, ou seja, entendemos as transformações na sociedade contemporânea relacionadas a processos históricos.

## **2.2. A REFORMA POMBALINA E O CLERO BRASILEIRO.**

As Reformas Pombalinas compreendidas entre os anos de 1750 a 1777, realizadas por Sebastião José de Carvalho mais conhecido por “Marquês de Pombal” afetaram o clero brasileiro que foi envolvido nos aspectos como, por exemplo: educação, política, vida social e religiosa.

Mas antes, estava ocorrendo em Portugal durante o ministério de Pombal uma série de reformas, pois suas decisões atingiam os diversos setores da coroa e todas as colônias principalmente o Brasil, sendo conhecido por seu “punho de ferro”, tinha como principal objetivo a valorização da realeza perseguindo especificamente dois grupos para conseguir essa valorização: a nobreza e o clero.

O El-Rei D. José quando subiu ao trono confiou plenamente na capacidade administrativa de Pombal, que foi embaixador de Portugal durante alguns anos na Inglaterra e na Áustria adquirindo conhecimentos políticos e econômicos. A permanência dele nessas cortes estrangeiras fez com que notasse o sistema deficitário administrativo que Portugal possuía, levando-o a criar leis que tivessem como objetivo de igualar-se às cortes européias.

O governo pombalino foi caracterizado por sua praticidade e procurava ser ágil em suas decisões, muitas vezes não realizava análises esclarecidas em alguns problemas sendo confundido por “ditador”, segundo alguns autores. Suas ideologias foram originárias do Iluminismo Ilustrado, mas quando se tratava de sua administração as opiniões que concebia eram de seu próprio cunho.

Sebastião de Carvalho e Melo foi um admirador das idéias iluministas que traziam os preceitos de democracia, Estado laico e liberdade. Porém, nem todos esses princípios foram seguidos permanecendo a escravidão uma das principais fontes de lucro para a Metrópole, o pensamento de República foi afastado, as colônias deveriam continuar sob o jugo de Portugal

e o único pensamento que foi posto em prática foi a laicização do Estado com a expulsão dos jesuítas, onde será discutido com mais detalhes ao decorrer do texto.

Pombal foi a favor do Estado Absolutista cortando todos os tipos de privilégio que não traziam benefícios para o rei e para o progresso do país, não tinha preferência por nenhuma classe social como está exposto no parágrafo a seguir:

Combateu as três classes então existentes, os três braços do Estado, ---clero, nobreza e povo. Tem-se dito, todavia, e parece verdade, que ele não era inimigo dos princípios personificados fosse do clero, fosse pela nobreza, fosse mesmo pelo povo. A luta não era contra as idéias. Aliás, se fosse contra as idéias, não se teria dirigido contra três classes ao mesmo tempo: dirigir-se-ia contra uma, ou duas delas, precisamente para sustentar as outras duas, ou uma. A luta era contra a descentralização do poder. Só o poder de fato, que tinham as células da velha sociedade, é que ele notava e quis arruinar, simplesmente constituía uma limitação ao seu autoritarismo e um estorvo ao seu desembaraço reformista (CARNAXIDE, O Brasil na Administração Pombalina: economia e política externa, 1979, p.4).

Contudo para Sebastião o principal motivo para o atraso do desenvolvimento do império lusitano foi a Companhia de Jesus, pois deixava o país em completa ignorância, causando completa submissão do reino ao clero. Outro fator que incomodava o Marquês foi à participação dos jesuítas no processo educacional da população, mesmo que somente uma pequena parcela formada por nobres e burgueses tivessem acesso ao ensino dirigido por estes religiosos.

Pombal afirmava que a Igreja não se satisfazia apenas com a jurisdição em nível espiritual, a favor da propagação do catolicismo, mas no século XVIII adquiriu toda a jurisdição política e civil, impondo suas vontades e tendo o domínio de todos os setores do reino de Portugal, inclusive influenciava em todas as decisões do soberano rei D.João V, que aceitava todas as suas reivindicações.

Além disso, os colégios jesuítas se responsabilizaram pela formação educacional nas colônias, especialmente a brasileira. Muitos desses centros educacionais se tornavam seminários, formadores de um clero tradicional com idéias centradas aos princípios romanos. As riquezas acumuladas por esses religiosos também chamou atenção devido às inúmeras terras, lavouras, engenhos de açúcar e grandes criações de gados, onde o marquês considerava um prejuízo econômico para Portugal.

Dessa forma, o Marquês disseminou uma forte campanha antijesuítica dentro do reino e no estrangeiro, considerando esses sacerdotes inimigos e fazendo com que a população tivesse

mais credibilidade pelo ministro do que pelo poder papal. Pombal sugeriu uma nação com autonomia religiosa subordinada aos poderes do rei, e não dividida entre a monarquia e o clero, como estava até meados do século XVIII.

O resultado desta campanha foi à expulsão de todos pertencentes à Companhia de Jesus, visto que alguns dos motivos justificados para esse acontecimento foi o domínio que eles tinham sobre os índios brasileiros, por não respeitarem o Tratado Limite (Portugal e Espanha) e por conspirarem em assassinar o rei D. José I em 1758.

No Brasil, logo após o afastamento dos jesuítas, o processo reformista de Pombal teve sérias consequências na formação educacional da população e também dos seminaristas, ressaltando que os inicianos eram responsáveis pelos colégios, onde muitas vezes funcionavam como centros de formação sacerdotal, não ocorrendo uma nova implantação educativa durante dezessete anos. A crise na formação sacerdotal brasileira fica clara nesse seguinte trecho:

Pode-se afirmar que quase toda a formação sacerdotal do clero diocesano durante o período colonial esteve nas mãos dos padres da Companhia de Jesus. Com a expulsão dos jesuítas, houve uma crise geral nos seminários, perdurando apenas alguns estabelecimentos, assim mesmo com a vida precária. (HOONAERT, Eduardo, 2008, p. 200).

Foi notório o baixo nível cultural que estes padres adquiriram nos seminários, onde era preciso formar párocos que transmitissem apenas os preceitos apostólicos essencial para manter o povo das colônias controlado, submetendo-os a religião e ao rei, contribuindo para fortalecer os vínculos de dependência permanente com Portugal. Muitos padres saíam desses centros sacerdotais apenas sabendo ler e escrever proclamando os evangelhos nas missas, mas não sabiam explicar a reflexão das palavras de Cristo.

Para muitos clérigos não importava cumprir com seu papel de sacerdote ou guiar os fiéis para os princípios da religião católica, mas buscavam status, ou seja, uma posição que lhes garantisse conforto e acúmulo de riquezas. A vocação religiosa se tornou obrigatória, principalmente quando a Metrópole apressou-se em formar mais sacerdotes, vários filhos de aristocratas e burgueses se engajaram nessa oportunidade enxergando o Brasil como um lugar onde pudessem “usufruir” de diversos privilégios sem a supervisão rigorosa do rei e dos Bispos portugueses.

Desde sua implantação no Brasil a Igreja foi subordinada ao Estado, num sistema em que a assistência da coroa assegurava às estruturas eclesiásticas e a vida religiosa um equilíbrio no

âmbito financeiro, contribuindo para a interferência opressiva do clero secular nos aspetos sagrados. Na segunda metade do século XVIII presencia-se um novo momento de intermédio de Portugal nos negócios da colônia brasileira, sendo um dos mais importantes, os de origem eclesiástica.

Os reis foram responsáveis pela nomeação dos dirigentes de dioceses ou paróquias e completavam os outros cargos eclesiásticos. Mas em compensação tinham despesas como edificar e manter os imóveis religiosos, pagar uma determinada taxa mensal para o clero e impulsionar a propagação do catolicismo.

A partir de 1515 foi criado o primeiro bispado brasileiro na Bahia, iniciativa da coroa com o intuito de completar a organização administrativa do Governo Geral, corrigindo os problemas das capitanias hereditárias e atendendo aos interesses de Roma para a cristianização dos pagãos.

A Igreja Católica estava dividida em três tipos de instituições: a primeira foi a estrutura de base composta pelo clero secular responsável pela manutenção do culto e fortalecimento da fé dos fiéis, a segunda era formada pelo clero regular cujos integrantes foram várias ordens religiosas que residiam no país. Também havia a terceira instituição constituída pelas Ordens Terceiras e as Irmandades que assim como a segunda desempenhou uma função importante no processo de evangelização dos povos pagãos.

Estavam incorporados à diocese baiana um Vigário Geral junto a treze capitulares, com cinco títulos: deão, chantre, mestre- escola, arcediogo, tesoureiro-mor, oito cônegos, um mestre de cerimônia e outro de capela.

Grande parte das questões direcionadas à igreja colonial e aos seus associados eram subordinadas à Mesa da Consciência e Ordens, um tipo de tribunal composto por juristas e teólogos escolhidos entre os Cavaleiros das Ordens Militares de Cristo e eclesiásticos com o propósito de guiar o rei na solução dos casos ligados à consciência quando escapavam da esfera administrativa e judiciária.

Embora esta Mesa tenha atuado de forma razoável na América Portuguesa, foi de extrema importância para a análise de conduta dos clérigos, a exemplo disto estava os sacerdotes seculares e regulares baianos, cujo desvio de conduta muitas vezes incomodava a comunidade que mantinha a ideia de que os padres deviam dar ensinamentos de boa conduta aos fiéis.

Antes da proclamação da Independência do Brasil a Instituição Eclesiástica estava enfrentando problemas ligados com o Estado e os católicos, como por exemplo, nos vínculos internos da própria Igreja, ou seja, entre a ordem eclesiástica e o clero, pois os sacerdotes estavam acomodados com a vida desregrada com pouca disciplina contrariando a hierarquia imposta pela Cúria Romana

Muitos clérigos não ficavam satisfeitos com as pensões que recebiam do reino de Portugal, alegando receber com atrasos e consideradas insuficientes para as despesas pessoais e da paróquia, cobrando assim taxas exorbitantes pelas celebrações de cerimônias religiosas, como por exemplo, durante o período da Quaresma os sacerdotes estipulavam uma alta taxa de contribuição recolhida dos fiéis chamada “conhecenças”.

Além do que, até 1850 esses religiosos receberem faturamentos extras preenchendo os “vazios” deixados pelo Estado, alguns exemplos disso era a coordenação da lista de eleitores locais para a votação em tempos de eleições, compunham júris e se tornavam delegados ou subdelegados contrariando as Primeiras Constituições estabelecidas pelo Arcebispado da Bahia que restringia esses eclesiásticos a desempenhar funções que não fossem de limitações espirituais.

Por certo não causam espanto essas ambições que os padres, bispos, arcebispos e os demais componentes da Instituição católica possuíam, visto que muitos não ocupavam os cargos sacerdotais por verdadeira vocação espiritual, mas por estabilidade econômica. Muitas vezes os desvios de conduta foram freqüentes levando a uma grande quantidade de ministrantes espirituais serem denunciados por não manterem o celibato e formarem famílias, sendo que o dinheiro arrecadado por estes religiosos iam para o sustento de suas mulheres e filhos.

Acresce que o clero baiano estava dividido em duas categorias: o alto clero e o baixo clero, onde o primeiro fora composto por famílias importantes que possuíam uma relevância social e econômica para a cidade. Suas funções eclesiásticas serviam para manter o “status quo” das suas famílias, pois quando se trata de renda econômica adquirida pelo Estado, muitas vezes ela era insuficiente para seus anseios pessoais. No ápice da escala estavam o arcebispo ou bispo que comandava as precedências religiosas ajudado por um tribunal eclesiástico ou um capítulo responsável pelos processos em julgamento relacionados aos integrantes da Igreja.



Já o baixo clero era composto por camadas inferiores da população que ocupavam os cargos mais baixos como as categorias de padres, frades, coadjutores e capelães tornando--se raro possuírem as designações de arcebispos ou bispos. Mattoso deixa explícita as classes que compuseram o corpo eclesiástico neste trecho: “A maioria do clero baiano pertencia às classes médias. Entre os padres nascidos de casamentos legais, 12% vinham de famílias ricas e conhecidas e 14% tinham origem muito modesta.”

Segundo Mattoso, a estrutura do o arcebispado da Bahia tinha 89 paróquias dirigidas por padres que moravam nas cercanias dos próprios templos, duas capelas com ‘encargos das almas’ e seis missões de franciscanos, duas de carmelitas descalços e três capuchinhos. Essas missões citadas eram compostas por Irmandades e Ordens Terceiras, que usavam para sua seleção de ingresso religioso critérios como, por exemplo, cor da pele ou grupos sociais distintos.

Nessas paróquias baianas assim como no restante de todo território colonial havia um fator preocupante para os arcebispos, a permanência do celibato afirmado pelo Concílio de Trento, onde as transgressões voltadas para a natureza sexual se tornavam mais explícitas causando indignação para os fiéis e repúdio a Instituição Eclesiástica. Algumas atitudes foram tomadas pelo arcebispado para extinguir a prática do amancebamento dos sacerdotes com as escravas ou mulheres brancas como, por exemplo, a retirada dos seus benefícios como sacerdote deixando de receber seu salário, transferência para outras freguesias e em casos mais extremos poderia receber a excomunhão.

Estes acontecimentos de transgressões morais podem ser comparados ao personagem desta pesquisa: o vigário Alexandre Pinto Lobão (1776-1841) de formação sacerdotal baiana. Considerado um libertino em sua vida particular, desonrando mulheres casadas, donzelas, sedutor de noivas, solicitando-as durante o ato da confissão para o ato sexual, tido como promíscuo cometendo atos que provocava intolerância para a comunidade de fiéis católicos na Vila de Itabaiana os fazendo escrever cartas de denúncia para o Bispo a respeito de suas atitudes imorais. Para a Igreja essas acusações heréticas nos quais se enquadravam as afirmações expostas verbalmente, ofendiam os Sacramentos da igreja e a Deus, de forma que o clérigo ficava suspeito em sua fé e vocação.

Salienta-se ainda o comportamento do padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo, na época da Independência foi denunciado por sua atitude contrária a libertação do Brasil em

relação a Portugal. Esse vigário também português de nascimento, como Alexandre e muitos vigários do Império cometiam atitudes imorais. O governador interino José de Barros Pimentel foi responsável pela denúncia direta ao Imperador D. Pedro I, que mandou apurar as denúncias. O próprio acusado escreveu ao imperador que eram caluniosas as informações.

No território baiano aconteciam os mais diversos escândalos como, por exemplo, no governo de D.Fr.Antônio Correia que contestava as atitudes do cônego da Sé José da Silva Freire, que sofreu acusações de adultério com a esposa de Jacinto Tomás de Faria considerado um crime incestuoso, pois Jacinto era seu compadre.

Outro fator que remete a atenção na Bahia foi que grande parte dos padres possuíam filhos, sendo comprovado através da análise dos testamentos onde seus herdeiros estavam incluídos para dispor de todos os seus bens familiares após a morte. Esses sacerdotes comandavam grandes famílias com três ou mais filhos, mostrando com essa atitude que muitos dos frutos nascidos de suas relações amorosas não aconteceram por acidente como foi declarado em diversos testamentos.

Nesse sentido a partir do período da colonização do Brasil até a época pós reforma Pombalina, o perfil do clero baiano assim como os demais em outras localidades continuou sofrendo com as transgressões eclesiásticas que variavam de acordo com a região sendo que um dos motivos que podem ter contribuído para estes desvios seriam as escassas ações do Tribunal do Santo Ofício na colônia ou pela formação sacerdotal precária por falta de um seminário diocesano no século XVIII que não fornecia os dogmas espirituais necessários para a evangelização dos fiéis. Demonstrando assim a pouca eficácia das medidas de origem eclesiástica destinadas a ordenar e a disciplinar a Instituição Eclesiástica no Brasil. No entanto estes ministros sacerdotais conservaram uma visão ligada ao mundo secular mantendo os privilégios que a Igreja por direito requisitava do Estado e da população católica.

## 2.3. SUJEITO HISTÓRICO

O sujeito histórico é analisado como agente principal de determinadas ações sociais que foram importantes para a realização deste estudo histórico que não envolveu apenas um indivíduo, mas também diversos grupos ou classes sociais, demonstrando assim com suas ações individuais ou coletivas acontecimentos do seu cotidiano que colaboraram para permanências ou transformações na sociedade no qual estava inserido. O vigário Alexandre Pinto Lobão através da sua trajetória de vida promove reflexões sobre um tempo diferente e distante revelando fatos passados que ocorreram em nível local e nacional que repercute nos dias atuais.

Lobão nasceu em Lamego, Trás-os- Montes localizado em Portugal no ano de 1776. Chegou ao Brasil nos últimos anos do século XVIII, recebeu sua formação sacerdotal na Bahia, onde possivelmente tenha concluído sua formação nos anos de 1796 no Convento de Santa Tereza que ao mesmo tempo funcionava como Seminário para o estudo tradicional e formação de eclesiásticos.



*Figura 1. A restauração do Convento de Santa Tereza. Pintura: Carlos Bastos, 1958. Fonte: MAS/ UFBA, 1987.*

O Convento de Santa Tereza teve sua fundação em meados do século XVII, entre os anos de 1685 e 1697, estabelecidos pelos Carmelitas Descalços portugueses ou “Terézios” que estiveram na Bahia em 1660, despertando o interesse dos ricos comerciantes portugueses para a edificação do edifício religioso da Ordem na cidade, onde D. Afonso VI, doou-lhes um terreno depois das informações do Vice- rei e da Câmara de Salvador.

Devido à grande riqueza presente em Salvador por conta do seu desenvolvimento econômico e político, donativos generosos e esmolas muitas igrejas e conventos foram erguidos, mas o de Santa Tereza se destaca por ser um local construído no lugar mais alto,

para mostrar sua opulência como também sua proximidade com o céu para que todos pudessem contemplar essa construção religiosa. Como nas demais igrejas dos séculos passados, Santa Tereza foi construída em formato de cruz e em seu interior continha galerias, quadros representando os “Passos da Paixão de Cristo” levando aqueles que se inseriam neste ambiente a uma profunda meditação.

Em 1797 ainda quando Lobão residia no Convento e ao mesmo tempo funcionava como Seminário de Salvador, estavam presentes 37 religiosos responsáveis pela formação dos párocos, esses carmelitas se caracterizavam por serem instrutores conservadores que não foram influenciados pelo Iluminismo Português implantado na Metrópole na segunda metade do século XVIII onde tentara libertar o pensamento do homem com relação aos preceitos católicos para ele conseguir conquistar sua autonomia política, intelectual e religiosa.

A devoção e modelo para ser seguido por esta Congregação dos Descalços era inspirada em Santa Tereza D’Ávila (1515-1582) considerada uma das principais reformadoras da Ordem dos Carmelitas baseada nos princípios contra reformistas da Igreja renovando os princípios básicos da fé.

Além da contemplação e eretismo propagado pela própria Ordem Carmelita, suas instruções estavam voltadas para ensinar os padres a ler e escrever podendo assim pregar os evangelhos aos domingos. A gramática, humanidades, teologia e o latim eram trabalhados de forma razoável, pois os Terézios receberam em sua formação princípios para a doutrinação cristã católica reforçando a fé que estava abalada devido à imoralidade contida em muitos religiosos.

No entanto existiam outros objetivos que faziam com que essa Congregação estivesse presente no Brasil mencionada nesse seguinte parágrafo:

As ordens que chegaram ao território brasileiro tinham basicamente dois objetivos principais, primeiro de expandir as suas obras em novos territórios e segundo de responder às solicitações dos habitantes locais. (GUMIEIRO, 2013, p.670).

Em geral a formação de Lobão e de tantos outros que estudaram nesse Seminário foi bastante limitada, não tendo oportunidade de se atualizar sobre os novos conhecimentos cristãos e demais dogmas da Igreja, devido também as distancias e contratempos para se obter literaturas e outros livros no período colonial. Pois com a expulsão dos Jesuítas principais formadores de párocos em Portugal e no Brasil, os seminaristas concluía seu ensino religioso às pressas, pois esses dois lugares necessitavam urgentemente de bons curas para manter a tradição do povo cristão.

Porém apesar dos esforços para a formação dos seminaristas, por estes religiosos dedicados e empenhados pela causa cristã e católica, continuou tendo sua instrução eclesiástica inconsistente relatada no subseqüente parágrafo:

Apesar dos esforços, a formação dos padres continuou extremamente precária durante o período colonial e mesmo depois. Os jovens que queriam abraçar a

carreira eclesiástica podiam apresentar-se diante dos examinadores sinodais sem haver passado por um colégio jesuíta ou um seminário. (MATTOSO, 1992, p.351).

Outro fator importante é que para integrar o seminário eram selecionados filhos de famílias de altos escalões e em sua maioria proveniente de ascendência portuguesa, o Vigário Alexandre Pinto Lobão é um exemplo dessa alta hierarquia do clero, irmão de Gonçalo Pinto Lobão notável professor, escrivão de órfãos e tabelião cujos cargos foram concedidos pela Coroa Portuguesa. Também o padre Alexandre possuía bens materiais em Portugal, onde relatado nesse seguinte trecho: “Em 1807, voltou a Portugal para resolver questões relacionadas à herança, a ser partilhada com suas irmãs órfãs.” (WANDERLEY, 2010).

O pároco lusitano Alexandre morou em Sergipe no final do século XVIII no ano de 1799, onde primeiro ocupou a freguesia de N. Senhora dos campos do Rio Real entre Itapicuru e a Vila de Lagarto fazendo um trabalho sacerdotal exemplar, conseguindo assim através de suas importantes relações com o bispado baiano transferência para a Matriz da Vila de Itabaiana em 1820.

Ao chegar a Itabaiana, situada no agreste sergipano o eclesiástico Lobão se deparou com uma economia voltada para dois setores: lavoura e criação de gado. A maioria das lavouras eram dedicadas à subsistência das famílias, cultivadas em lotes de terras denominados sítios onde as sobras acabavam sendo vendidas para dois tipos de mercados: local e o baiano. Além disso, também era produzida cana-de-açúcar e algodão, mas em pequena escala.

No documento “Disputa entre Lavradores e Criadores de Gado em Itabaiana” “fica claro que esse vigário optou por uma atividade econômica extra, sendo um lavrador de importância no agreste de Sergipe D’el Rey unindo-se aos demais lavradores da elite em prol dos seus interesses mercantis e ainda Alexandre dispunha de terras concedidas pela Coroa Portuguesa para o cultivo.

Segundo SANTOS a população da Vila de Itabaiana fora pouco urbanizada dominando por sua vasta extensão de áreas rurais, citada no seguinte trecho:

O pauperismo e a escassez da população não eram uma peculiaridade da Vila de Itabaiana. O Brasil nos séculos XVIII e XIX era pouco urbanizado. As vilas não eram dotadas de uma estrutura urbana definida. Funcionavam como um prolongamento dos setores rurais. (SANTOS, Maria Nele dos, 1964, p.27).

Assim Itabaiana estava dividida em dois quarteirões que compuseram o ambiente urbano dividindo-se em seis principais locais: Rua do Comércio, Rua do Sol, Rua da Pedreira, Rua da Vitória, Rua da Praça e Rua das Flores mostrando pelo pouco número de residentes na cidade.

Os moradores desse local do agreste sergipano tinham como práticas cotidianas para o seu divertimento ir às feiras livres realizadas as quartas-feiras e aos sábados como também irem às missas dominicais onde o pároco da Matriz era considerado uma figura prestigiosa diante da população, chamando atenção pelos mínimos detalhes desde as celebrações litúrgicas até seus envolvimento com a sociedade.

Um exemplo disso é que por ser uma figura central as pessoas notaram que o padre Lobão era um homem temperamental, dominado por extintos sexuais e gananciosos, não atendendo os anseios da população católica que esperava um sacerdote cheio de virtudes para servir de modelo para sociedade da vila de Itabaiana, porém essa imagem contraditória é retratada por Mott no referido parágrafo:

Acusam-no também de libertino: “Desonrador de mulheres casadas, exvirginador de donzelas cujos nomes por modéstia se omitem, é homicida, pois com a faca de ponta penetrante matou um seu escravo mulato de nome Pedro”. E arrematavam seus paroquianos, entre eles assinando a denúncia o Juiz Ordinário, Vereadores, Procurador, Capitães e muitos moradores de Itabaiana: o Padre Lobão “é desumano, imprudente, falto de caridade, excessivamente ambicioso até o extremo de não quereis batizar os infantes sem que primeiramente lhe entreguem por cada um deles \$ 480 réis, sem os quais não batiza.” (MOTT, 1989, p.83).

Outra extravagância feita pelo pároco é que este desfrutava dos serviços escravistas adquirindo sempre os melhores escravos onde o dinheiro provinha dos dízimos, doações, batismos e casamentos, comprando os negros através do comércio com a Bahia, satisfazendo suas necessidades pessoais e econômicas empregando essa mão-de-obra em seu latifúndio para a produção da lavra ou na Igreja servindo diversas vezes como sacristão.

No entanto suas atitudes estavam sendo acobertadas por instituições como, por exemplo, o próprio Arcebispo da Bahia, onde o vigário Alexandre mantinha relações estreitas com alguns bispos. Assim como também com importantes senhores de engenhos baianos e o General Baiano Madeira de Melo que obedecia as Cortes de Lisboa e defendia o princípio da recolonização do Brasil. O eclesiástico da Vila de Itabaiana se relacionava internamente com pessoas influentes de Sergipe como Tertuliano Manuel de Mesquita e o Ouvidor Dr. José Teixeira da Matta Bacelar que compartilhavam os mesmos ideais nas vésperas da Independência do Brasil.

Esse pároco transgressor sentia que suas relações sociais e seu status de padre da Matriz de Itabaiana o conservava impune de qualquer atitude contra os princípios civis e da Igreja, pois antes do processo da Independência do Brasil não escondia que era contra os partidários de D.Pedro I e proclamava em suas pregações sua opinião de que a colônia deveria manter-se submissa a Portugal, ridicularizando os principais autores do movimento conspiratório no agreste Sergipano e desejando-lhes a morte

## 2.4. LOBÃO E SUA POSIÇÃO POLÍTICA

O posicionamento político do Padre Alexandre Pinto Lobão estava inserido em meados do século XIX quando o sistema colonial já estava em crise sofrendo sob as influências do racionalismo iluminista afetando na formação das mentalidades dos diversos setores sociais, levando-os a questionar se realmente teria necessidade de uma monarquia absolutista, conduzindo as camadas dominadoras e dominadas a tomarem parte dos movimentos contestatórios liberais ou conservadores e dentro desses setores o clero teve destaque por defender seus ideais de forma explícita.

A posição de Lobão indagou a realização desta pesquisa que estava escrito em um trecho do livro: “A Inquisição em Sergipe”, de Luiz Roberto de Barros Mott que estudou a passagem do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição pela Capitania de Sergipe D’el Rey e as denúncias com relação aos eclesiásticos, um exemplo destes relatos apresentados pela sociedade sergipana contra o vigário da vila de Itabaiana está expresso nesse trecho:

“Na época da independência (1823) o Padre Lobão era vigário de Itabaiana, opondo-se tenazmente aos ideais nativistas dos sergipanos. É algo de duas acusações por parte de seus fregueses, que apontam-no como acérrimo e perigoso inimigo da santa causa deste Império”, instigando em plena missa aos fiéis que não apoiassem a aclamação de Sua Majestade Imperial, acusando-a de ser “fomentada por quatro embriagados da vila de Cachoeira...porém que morta a rata, logo infalivelmente morreriam os ratinhos”. (MOTT, 1989, p.82).

Ao mesmo tempo foi verificado no Arquivo Nacional todo o conteúdo do documento relacionado a “Denúncia dos moradores de Itabaiana contra o vigário Lobão” onde a Câmara, a nobreza e o povo em geral clamavam a Vossa Majestade Imperial por justiça a respeito da conduta deste pároco que atenta contra o progresso do Império, tendo dado por obras e palavras as mais decisivas demonstrações de maldades com os adversários políticos, pregando em suas missas para que não apoiassem a aclamação do Imperador, armando seus escravos e causando terror nos cidadãos pacíficos que nesta freguesia residem. Este assunto também foi exposto para o Presidente da Província de Sergipe e o Reverendo Cabido Sé de Vacante da Bahia, porém nenhuma medida foi tomada por falta de provas e pelos denunciantes serem considerados “suspeitos”.

O padre Alexandre matinha sua visão de que o Brasil não deveria se tornar uma colônia independente, não por ser um sacerdote conservador português ou reacionário, mas por defender seus interesses econômicos e políticos nos quais estava inserido, pois havia diversos religiosos portugueses como, por exemplo, o pároco Esteves de São Cristóvão que defendia a Independência da colônia, mostrando com isso que as divisões criadas dentro da Hierarquia Eclesiástica foram frutos de posicionamentos ideológicos.

Mesmo que Lobão tenha tido a formação sacerdotal de muitos párocos no mesmo Seminário de Santa Tereza, muitos dos seus ex-colegas assumiram uma posição política progressista em favor da liberdade do Brasil crescendo dentro de cada um deles um sentimento nacional reivindicando por uma ordem social mais justa e que condizia com a

realidade brasileira daquela época, como por exemplo, Manoel Machado Novaes foi seminarista junto à Lobão, mas não chegou a se ordenar e seu princípio ideológico defendia a autonomia Brasileira.

O sacerdote da Vila de Itabaiana não fazia parte especificamente de um partido político, mas defendia uma posição faccional, ou seja, um grupo que tinha o mesmo interesse que ele, levando-os a se posicionarem politicamente. A princípio um dos primeiros motivos que conduzia este pároco em direção da manutenção do regime absolutista foi sua “visão de mundo “religiosa e ao mesmo tempo absolutista, pois antes das Reformas Administrativas Portuguesas (1772), o rei era tido como algo sagrado e ungido por Deus e posteriormente pós reforma o monarca foi considerado um ser racional e político onde a Igreja deveria expressar obediência.

Ressaltando que como todo servidor público o sacerdote Alexandre jurou fidelidade ao Rei de Portugal, seu título de Vigário Colado de uma das principais matrizes eclesiásticas da Província de Sergipe foi uma mercê entregue pelo soberano D. João VI e um arcebispo.

Em segundo lugar seus interesses políticos e econômicos estavam em jogo, pois ele temia que perdesse todos os seus bens caso a Independência fosse proclamada, temendo que seus bens fossem confiscados pelo Estado, sendo considerado um sacerdote de vida próspera, possuindo terras para a atividade de agricultura relatada no parágrafo do seguinte documento: “A Ocupação Territorial da Vila de Itabaiana: A Disputa entre Lavradores e Criadores.

Responsabilizaram pela decisão favorável aos interesses dos lavradores, a influência na política sergipana do Pe. Alexandre Pinto Lobão, importante agricultor da Vila de Itabaiana e membro destacado de sua Câmara. Invocam, afinal, a nulidade da Provisão de 10 de junho de 1816 e posta em execução em 10 de setembro do mesmo ano, desde quando não tramitara pela Chancelaria-Mor do Reino então pagará os devidos direitos. (NUNES, Maria Thetis, ANPUH, 1976, p.412).

O pároco não escondia seus interesses mais voltados para a política do que para os preceitos espirituais, ele estava inserido em um grupo político poderoso de lavradores em Itabaiana que continha o apoio do ouvidor Dr. José Teixeira da Matta Bacelar conseguindo um Alvará Real para a delimitação das Matas no agreste sergipano e enfrentado uma minoria de criadores de gado. Esses criadores usando como meio de vingança denunciaram esse sacerdote na “Mesa do Desembargo do Paço”, porém este Lobão foi defendido pelas demais pessoas importantes e autoridades alegando que as acusações foram falsas.

A ousadia impressionava os moradores de Itabaiana, pois o padre da Matriz de Santo Antônio e Almas durante a pregação do Evangelho na missa dominical afirmou que os habitantes de cachoeira, principais organizadores do movimento em favor da liberdade política de Sergipe e da Bahia eram um bando de bêbados, citando o ditado popular “morta a rata morreram os ratinhos!”, ou seja, o movimento em favor da Independência seria um fracasso, pois os portugueses conservadores venceriam e os nativistas logo seriam esquecidos.



É perceptível como esse vigário tinha uma proteção política importante dentro da freguesia de Itabaiana, tendo contatos de cunho político forte como é o caso do Ouvidor da Comarca de Sergipe, porém Alexandre não exercia influência na Câmara dos vereadores que defendiam ideias contrários aos dele. Um exemplo disto seria a posição política de José Mateus da Graça Sampaio presidente da Câmara que era a favor da colônia ser independente da metrópole não vendo mais motivos econômicos e políticos para essas duas unidades continuarem atreladas, pois o Brasil já possuía uma autônima consolidada.

O último padre lusitano da freguesia de Itabaiana acreditava que as mudanças seriam prejudiciais para o seu “Status Quo” sendo que para ele as coisas estavam indo de forma progressista e também sua rede familiar como seu irmão que era professor de primeiras letras e escrivão do cartório dependia de sua função pública dada pela Coroa junto com seus amigos, como é o caso de Tertuliano Manuel de Mesquita que usufruía dos benefícios concedidos pelo Estado.

Também junto ao pároco da Matriz de Santo Antônio e Almas havia o grupo de portugueses em outras localidades do Brasil compartilhava o mesmo pensamento de que a colônia deveria continuar subordinada a Portugal provocando uma série de conflitos políticos envolvendo diversas camadas sociais pertencentes à Metrópole e os grupos nativistas em um período de plena construção da identidade nacional.

A partir da colonização do Brasil os portugueses sempre tiveram interesses políticos e econômicos sobre a colônia tendo como objetivo a expansão comercial e a busca por produtos para comercializar com a Europa. Para efetivar a exploração a colônia portuguesa foi dividida em sesmarias, onde as primeiras práticas da metrópole foram o cultivo de cana-de-açúcar e a instalação de engenhos devido à grande quantidade de terras férteis disponíveis.

Apesar das privações burocráticas que os investidores lusos presentes na colônia se submetiam a coroa portuguesa, conseguiram alcançar a posição de elite econômica desfrutando todos os privilégios que a esfera colonial proporcionava, como por exemplo, a disposição por títulos honorários favorecendo uma mobilidade social e o acúmulo de riquezas.

Com a grande transferência de pessoas da metrópole para a colônia brasileira, o Brasil permaneceu durante 322 anos sob dominação portuguesa responsável por uma série de implantações de suas instituições políticas, línguas, costumes e religião. A partir do século XVI o rei de Portugal concebia ajuda financeira aos nascidos no Brasil.

Porém no início do século XVIII a relação harmoniosa que havia entre a metrópole e a colônia começou a ser corrompida pelos conflitos de interesses entre as pessoas naturais do reino português e os nativos brasileiros, e essas disputas começaram devido a busca pelo ouro com a exploração das regiões auríferas onde os portugueses recém-chegados e de outras partes do país ficavam com as melhores terras enquanto os paulistas, considerados responsáveis pelo desbravamento das terras coloniais acabavam perdendo seus direitos sobre as minas encontradas, iniciando-se uma aversão aos metropolitanos. Ao contrário do que a

aconteceu com a agricultura e pecuária, a mineração foi sujeita a uma forte fiscalização e disciplina imposta por Portugal enriquecendo assim a coroa portuguesa.

Ocorrendo assim a famosa Guerra dos Emboabas (assim chamados os portugueses) contra os paulistas entre os anos de 1708 e 1709 que buscava enfraquecer a supremacia dos bandeirantes paulistanos nas regiões mineradoras e com isso reafirmar sua autoridade local de colonizadores.

Um religioso português que surgiu nesse confronto para defender seus vantajosos interesses foi o Frei Francisco de Menezes que está referido nesse seguinte fragmento:

Frei Francisco de Menezes, religioso português da ordem da S.S Trindade, caudilho audacioso e traficante sem escrúpulos, não vem á colação porque o mereçam as suas qualidades de apóstata, profundamente divorciado do espírito de pobreza e mansidão, O irrequieto trinitário que , em 1711, iremos encontrar combatendo os franceses, na invasão do Rio de Janeiro, não iluminou, de certo, a história das Minas com o brilho das suas virtudes sacerdotais, mas foi um bravo, tão áspero e tão agreste, quanto o altivo paulista que, a golpes de violência, ia desbravando a terra para as doçuras de uma civilização futura. (SILVA, 1923, p. 44).

Outro confronto de interesses entre os lusitanos e os nativos deu-se na Guerra dos Mascates ocorrida em Pernambuco nos anos de 1710 e 1711 envolvendo as cidades de Recife e Olinda. Os comerciantes portugueses (os chamados mascates) eram favorecidos pela Coroa Portuguesa e pelos empréstimos a juros altos que faziam aos aristocratas de Olinda mesmo sabendo que os olindenses passavam por uma crise econômica forte eles não minimizavam os valores dos empréstimos.

Dentre os principais motivos do combate foram: os aristocratas de Olinda queriam comandar politicamente a região especialmente com a rica cidade de Recife, os Olindenses exigiam que o Rei de Portugal mantivesse em condição de povoado a referida cidade e os aristocratas exigiam que os mascates parassem de receber privilégios da coroa portuguesa, impunham igualdade no tratamento. Mesmo assim, os comerciantes portugueses de Recife obtiveram vitória e mantiveram sua autonomia.

Alguns párocos que colaboraram com os mascates, defendem os interesses comerciais e políticos estão citados nesse referido trecho:

Entre os partidários do Recife, e dos mascates destacaram-se os oratorianos de S. Philipe Néry e, entre eles, os Padres Cypriano da Silva, José Ferrão, Affonso Brôa e João da Costa, todos portugueses. O padre Brôa foi um dos combatentes contra a nobreza de Olinda. O Padre Joao da Costa auxiliou eficazmente ao sargento-mór, João Macedo Côrte Real, na construção das fortalezas, O Padre Cypriano era prefeito da Congregação e autor, ao que se diz, da “Narrativa histórica das calamidades de Pernambuco, succedidas

desde o anno de 1707 até 1715”, publicada no tomo LIII da Ver do Inst. Hist. Bras. (SILVA, 1923, p. 38).

A contribuição de um determinado grupo do clero contra os sentimentos de libertação nacional foram importantes para a Cúria Romana que não aprovava as doutrinas liberais e iluministas que se espalhavam em 1817, esses religiosos por ter uma formação rígida e por ter seus interesses benéficos envolvidos com a coroa Portuguesa tentaram manter a ordem a qualquer custo.

Logo que chegou a década de 1820 a postura das autoridades portuguesas diante dos nativistas da colônia se tornaram mais rígidas então os brasileiros responsabilizaram os portugueses por esses atos da Coroa, sendo que de fato os colonos tinham argumentos sólidos em relação aos privilégios dados aos metropolitanos, considerados os súditos mais importantes para a administração portuguesa do que os originários no Brasil.

Com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil, vários comerciantes e funcionários lusitanos passaram a transitar na colônia frequentemente fazendo com que os negócios dos brasileiros tivessem uma concorrência desvantajosa. Dessa forma em plena época da proclamação da Independência os comerciantes portugueses tinham autoridade sobre os negócios dos portos litorâneos.

Além das divergências políticas e econômicas entre os colonos e lusitanos ocorria a ideia por parte da população em geral que os metropolitanos alimentavam preconceitos com os brasileiros que se submetiam ao monopólio dos preços de gêneros de base primária e de alguns artigos de luxo impostos por eles.

Um exemplo dos favorecidos dos negócios com a Bahia é o próprio Padre Alexandre Pinto Lobão que tinha relações políticas e econômicas de extrema importância com essa região, pois como era lavrador vendia parte de suas plantações para a aristocracia baiana e adquiria seus escravos provenientes de Salvador. Ressaltando que a Bahia devido a sua extensa exportação de produtos para metrópole, assim recebendo de Sergipe produtos para subsistência e o vigário Alexandre foi um dos inúmeros fornecedores de tais gêneros alimentícios.

Muitos comerciantes lusitanos e senhores de engenho de Sergipe por causa do comércio e a atividade açucareira, eram a favor que Sergipe continuasse submissa a Bahia e a Corte Portuguesa, então deixavam explícitos durante as celebrações religiosas ou às pessoas com que mantinham relações locais o discurso a favor dos partidários da recolonização do Brasil.

Um dos personagens que podem atestar o interesse dos portugueses em manter o Brasil sobre o domínio lusitano é o General Labatut presente em Laranjeiras, defensor da independência, mas também apaziguador dos ânimos de ambos os lados, pois D. Pedro I queria que os portugueses conservadores fizessem parte do seu partido, relatados nesse seguinte excerto:

Já os mais escarniçados inimigos do Brasil apontados pela proclamação de Laranjeiras, José Alves Quaresma, Francisco Jozé da Rocha, e Jozé Caetano Faria, eram portugueses notabilizados pela extrema defesa da recolonização do Brasil pelas Cortes. (PASSOS, 2005, p. 44)

Assim como Lobão o grupo de portugueses que eram contrários a Independência do Brasil não defendiam apenas a Coroa Portuguesa por fidelidade ou por patriotismo, mas também por defesa dos seus interesses políticos e econômicos, estes detinham títulos e cargos de funcionários públicos, a maioria dos seus rendimentos provinha desses “status” concedidos pela coroa, do mesmo modo que os comerciantes lusitanos se beneficiavam de inúmeros privilégios comerciais em um país de terras férteis e em um ápice de desenvolvimento maior que a própria metrópole e temiam que seus negócios fossem prejudicados com a separação da colônia.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do clero no processo político da Independência do Brasil, a partir do final do século XVIII, demonstrou as diversas posições entre os membros do clero, dividindo os eclesiásticos em dois grupos que defendiam suas ideologias por interesses patrióticos ou por motivos que garantissem seu benefício concedido pela Corte Portuguesa. O primeiro grupo de fato sofreu influências doutrinárias criando uma conjuntura política com base no radicalismo radical, já o segundo grupo caracterizado por seu conservadorismo não foi a favor de mudanças que pudessem afetar seu *status quo* dentro da instituição eclesiástica como na sociedade.

Um estudo mais acurado sobre a trajetória do padre Alexandre Pinto Lobão na Vila de Itabaiana ajuda-nos a compreender que ele juntamente aos demais párocos da época perderam sua função sacerdotal quando passaram a participar da vida política e econômica da sociedade, sendo perceptível mostrar que mesmo depois da implantação das idéias iluministas em Portugal a Igreja e seus demais membros não se separaram do Estado definitivamente, continuava a interferir nas decisões da coroa e preencher cargos importantes cedidos pela administração real.

#### 4. FONTES

As ciências humanas segundo Dilthey. Disponível em:

<http://www.consciencia.org/as-ciencias-humanas-segundo-dilthey>

A hermenêutica de Wilhelm Dilthey e a reflexão epistemológica nas ciências humanas contemporâneas. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922002000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922002000200003)

Personagens de Itabaiana: Alexandre Pinto Lobão (1776-1841). Disponível em:

<http://itnet.com.br/personagens-de-itabaiana-alexandre-pinto-lobao-1776-1841,14828.html>

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA VILA DE ITABAIANA: A DISPUTA ENTRE LAVRADORES E CRIADORES. Disponível em:

<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S08.19.pdf>

Figura 1. A restauração do Convento de Santa Tereza. Pintura: Carlos Bastos, 1958. Fonte: MAS/ UFBA, 1987.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNAXIDE, Antônio de Sousa Pedroso. **O Brasil na Administração Pombalina: economia e política externa**. 2. e.d. – São Paulo Companhia Editora Nacional, 1979.

LEOPOLDO, Dom Duarte. **O Clero e a Independência**. 1. e.d. - S. Paulo. Centro D. Vital, 1923.

HOORNAERT, Eduardo. **Historia da Igreja no Brasil**. 1. e.d. Vozes – Rio de Janeiro, Petrópolis, 1979.

SILVA, Cândido Costa e. **Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia**. 1. e.d. - Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2000

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia no século XIX: Uma Província no Império**. 1. e.d. - Rio de Janeiro. Nova Fronteira S.A, 1992.

ANTONIO, Edna Maria Matos. **“A Independência do Solo que Habitamos”: Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império Brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. Franca, 2011.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **O Eclipse de um Farol: Contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917)**. 1. e.d. - Aracaju. UFS, 2008.

MOTTE, Luiz Roberto de Barros. **A Inquisição em Sergipe**. 1. e.d. – Aracaju. Secore Artes Gráficas, 1989.

ANDRADE, Péricles. **Sob o olhar diligente do pastor: a Igreja Católica em Sergipe**. 1. e.d. – Aracaju. UFS, 2010.

SANTOS, Maria Nele dos. **A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana no século XIX (1850-1888)**. Campinas, 1984.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **A liderança do clero nas Revoluções Republicanas (1817-1824)**. Vozes, 1980.

PASSOS, Josefa Nubia de Jesus. **O Antilusitanismo em Sergipe (1822-1824 e 1831)**. Sergipe, 2005.

DILTHEY, Wilhelm. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**; tradução Marco Casanova. São Paulo. e.d.UNESP, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)**. V.8. Lisboa: Estampa, 1986.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Bahia, A Corte da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Museu de Arte Sacra**. São Paulo: Banco Safra, 1987.

## **6. ANEXOS**

Arquivo Nacional, Caixa 314, Pacotilha 3, documento 14









Miguel de Almeida  
 Manoel de Almeida  
 Joze Luiz de Almeida  
 Manoel de Almeida

João de Almeida  
 Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida

João de Almeida

Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida  
 Joze de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida

Manoel de Almeida  
 Antonio de Almeida  
 Manoel de Almeida



*[Illegible handwritten names]*

Antônio de Aguiar de Andr.  
 Antônio de Aguiar de Andr.  
 Antônio de Aguiar de Andr.  
 Antônio de Aguiar de Andr.

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel R. de Rocha  
 Joaq. da Silva

Manoel R. de Rocha  
 Joaq. da Silva  
 Manoel R. de Rocha  
 Joaq. da Silva

João de Vito Monto

Antônio Corrêa de Aguiar  
 Antônio Corrêa de Aguiar  
 Antônio Corrêa de Aguiar  
 Antônio Corrêa de Aguiar

Antônio Fagundes de Almeida

Antônio Fagundes de Almeida  
 Antônio Fagundes de Almeida  
 Antônio Fagundes de Almeida

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Manoel Kyrolito de Jesus  
 Manoel Kyrolito de Jesus

Recebo de António de Aguiar de Andr.  
 Recebo de António de Aguiar de Andr.  
 Recebo de António de Aguiar de Andr.  
 Recebo de António de Aguiar de Andr.

Em 21 de Maio de 1873

Em 21 de Maio de 1873

Em 21 de Maio de 1873